

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,
REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

JEFFERSON LUIZ MALESKI

**AGÊNCIA JUVENIL DE EMPREENDEDORISMO:
COMO AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PODEM
ESTIMULAR A CIDADANIA PARTICIPATIVA EM JOVENS**

Anápolis
2012

JEFFERSON LUIZ MALESKI

**AGÊNCIA JUVENIL DE EMPREENDEDORISMO:
COMO AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PODEM
ESTIMULAR A CIDADANIA PARTICIPATIVA EM JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para a obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Áurea Mota.

Anápolis
2012

JEFFERSON LUIZ MALESKI

**AGÊNCIA JUVENIL DE EMPREENDEDORISMO:
COMO AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PODEM
ESTIMULAR A CIDADANIA PARTICIPATIVA EM JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para a obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Aprovada em _____.

BANCA EXAMINADORA

Áurea Mota
Universidade Federal de Minas Gerais
Orientadora

Antônio Carlos
Universidade Federal de Minas Gerais

Larissa Assis Pinho
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise da execução do projeto educacional Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE), executando pela ONG Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), valendo-se da metodologia pedagógica conhecida como protagonismo juvenil. Foram analisadas duas edições do projeto realizadas em 25 municípios do estado de Goiás, nos anos de 2010 e 2011 e custeadas por recursos privados ou públicos. Para chegar-se a esta análise, efetuou-se um levantamento de como funcionam as organizações do terceiro setor, ONGs e OSCIPs. O estudo demonstrou que as ONGs não passaram por um bom momento na conjuntura 2010-2011, enfrentando problemas como a escassez de recursos financeiros e denúncias de corrupção. Busca-se nesta pesquisa, também, elucidar a proposta educacional da metodologia conhecida como protagonismo juvenil, mais precisamente a utilizada pela AJE e pelo IIDAC, e expor se a mesma traz vantagens em sua forma de aplicação. Por fim, procurou-se verificar o resultado final da execução das duas edições do projeto levantando-se os erros e os acertos na execução. A resposta final que este estudo pretende oferecer é se a ONG conseguiu cumprir os três compromissos assumidos: para com a sua missão institucional; para com as metas e objetivos fixados nos contratos e convênios; e para com o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e participativa.

Palavras-chave: Organizações não governamentais, protagonismo juvenil, Instituto para o Desenvolvimento da Cidadania, Agência Juvenil de Empreendedorismo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais projetos do IIDAC	23
Tabela 2 – A Agência Juvenil de Empreendedorismo em Goiás	32
Tabela 3 – Objetivos e metas da AJE comumente conveniados entre IIDAC e financiadores	33

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AJE – Agência Juvenil de Empreendedorismo
AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJ – Centro Brasileiro de Protagonismo Juvenil
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FABAVI – Faculdade Batista de Vitória
FUMIN – Fundo Multilateral de Investimentos
GFBC – Grupo Folclórico Brasil Central
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIDAC – Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNICEF – *The United Nations Children's Fund* (Fundo das Nações Unidas para as Crianças)
UNV – *United Nation Volunteers* (Voluntários das Nações Unidas)

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	07
2 – TERCEIRO SETOR, ONGS E OSCIPS.....	11
2.1 – O QUE TORNA AS ONGS INTERESSANTES À SOCIEDADE	15
2.2 – PROBLEMAS ENFRENTADOS E CAUSADOS PELAS ONGS	16
3 – O INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA (IIDAC)	20
3.1 – O QUE É PROTAGONISMO JUVENIL?	27
4 – A AGÊNCIA JUVENIL DE EMPREENDEDORISMO	31
4.1 – DIFERENÇAS ENTRE AJE BID E AJETUR	36
4.2 – RESULTADOS INFORMAIS DO PROJETO	39
5 – CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1 – INTRODUÇÃO

As organizações não governamentais (ONGs) são um fenômeno recente surgido no mundo contemporâneo. Embora não seja um fenômeno exclusivo das democracias, o aumento do número e o incremento das ações dessas ONGs está intimamente relacionado com a democratização das sociedades. Defendidas por alguns como a solução ideal ao engessamento governamental, por atuarem de maneira dinâmica atingindo focos de áreas carentes e parcelas da população consideradas abandonadas pelo poder público, por outro lado, as ONGs vêm sendo apontadas como uma das principais fontes de corrupção e desvio do erário público. Com os recentes escândalos envolvendo o Ministério do Turismo e o Ministério dos Esportes, dentre outros, que repassaram recursos irregularmente para ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), houve uma superexposição midiática que tem levado a população a concluir que as principais culpadas seriam as ONGs, mesmo que as apontadas como entidades de fachada representem uma ínfima parcela de todas as ONGs existentes no país. Como admitiu uma coordenadora de entidade à Revista Veja (CASTRO, 2012), tais denúncias prejudicaram todas as demais na busca por apoio: “As pessoas ficam desacreditadas, acham que todas as ONGs fazem isso, que não trabalham de forma séria. Isso acaba atrapalhando na hora de captar recursos”.

A grande maioria das ONGs se especializou em áreas específicas da defesa de direitos e algumas carregam bandeiras que englobam toda a população ou uma parte específica dela, atuando em prol do meio ambiente, da cultura, da saúde, da educação, da moradia etc. Também podem se especializar em determinado público-alvo como mulheres, negros, crianças, homossexuais, idosos, índios etc. As formas de atuação das ONGs variam desde o auxílio assistencialista direto aos sujeitos de direitos para a resolução de problemas imediatos até a participação em fóruns e conselhos municipais, estaduais, nacionais e internacionais e no debate político dos projetos de lei que sejam do interesse de seu grupo. Para atuarem com desenvoltura em seus programas e projetos, as ONGs buscam parcerias com o poder público, por meio de convênios ou emendas parlamentares. É o que garante o aporte financeiro para atuarem, mas também o que lhes define muitas de suas ações e metas. Assim, uma ONG que defenda o meio ambiente se associará a projetos ligados ao Ministério do Meio Ambiente ou às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, a ONG

que trabalhe os direitos das crianças e dos adolescentes se vinculará à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e assim por diante.

Tendo este contexto geral em mente, este trabalho procurou analisar a atuação da ONG Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), sediado no município de Anápolis, no Estado de Goiás, que trabalha com a cidadania e a participação cidadã de crianças, jovens e adolescentes. O foco foi verificar se ela cumpriu a sua missão institucional empoderando nos jovens participantes noções de participação democrática apesar das imposições legais e burocráticas estipuladas pelos parceiros financiadores (públicos e privados) e das deficiências legislativas sobre a questão do manejo dos recursos públicos direcionados às organizações do Terceiro Setor.

Sob a ótica da bibliografia analisada, também, ao final da presente pesquisa, algumas indagações deverão ser respondidas para uma conclusão mais apurada da análise da experiência. Entre as questões, destacamos: um projeto resultante da parceria entre uma ONG e uma instituição pública ou privada seria capaz de influenciar por meio do protagonismo juvenil a participação social e promoção da cidadania e democracia, identificando os aspectos de formação da identidade coletiva de um grupo selecionado da população, demarcando a área de conflito em comum e propondo possíveis soluções aos problemas enfrentados. (SCHERER-WARREN, 2011).

Também, fez-se necessário saber, por esta análise de caso específico, se projetos executados com recursos públicos conseguem cumprir os objetos e as metas estabelecidas pactuados em contratos e convênios tendo, ao mesmo tempo, autonomia suficiente para obter resultados satisfatórios para a sociedade civil sem ser apenas um projeto de cooptação. E, sendo a comunicação uma das ferramentas mais fortes utilizadas pelos movimentos sociais desde as suas origens, pretende-se analisar de que modo a mídia alternativa foi utilizada pelos participantes do projeto para a mobilização social e cultural. (HENRIQUES, 2011).

Apesar das considerações a respeito do tema em pauta e do material bibliográfico disponível serem vastos e abrangentes, não se procurou aqui a exaustão do assunto, mas apenas tecer considerações iniciais embasadas em uma experiência de participação da sociedade civil organizada em uma das muitas facetas do processo de gestão pública. Desse modo, apresentaram-se exemplos concretos e palpáveis para reforçar os argumentos.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa em documentos, relatórios e manuais de um dos projetos educacionais da ONG IIDAC, a Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE), em suas duas últimas edições: a edição de 2010, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a AJE BID; e a edição de 2011, financiada pelo Ministério do Turismo (MinTur), a AJETUR. Ambas abarcaram inicialmente por volta de 1.000 jovens em 25 municípios do Estado de Goiás. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de abril e setembro de 2011, período em que a AJETUR teve as fases de elaboração, execução e prestação de contas do projeto. Foram acompanhadas *in loco* a realização dos seis encontros regionais na cidade de Caldas Novas, Goiás, onde os municípios participantes estavam presentes, bem como em alguns dos doze encontros locais realizados individualmente em cada município.

Dessa maneira, a metodologia utilizada foi a de pesquisa documental nos relatórios e impressos disponibilizados pela ONG publicamente em sua mídia impressa e virtual, bem como em relatórios elaborados para a prestação de contas com os parceiros financiadores. O pesquisador procurou utilizar a totalidade do material disponibilizado, alguns de acesso exclusivo entre as instituições convenientes. Também foram realizadas entrevistas gravadas com os diretores da ONG e de participantes do projeto em estudo, sendo depois transcritas para posterior utilização.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro houve uma apresentação sobre o universo do terceiro setor no Brasil, salientando como as ONGs e OSCIPs surgiram e sobrevivem, analisando a legislação pertinente e as principais formas de captação de recursos. Também foi feito um apanhado geral de como estudiosos acreditam que as ONGs podem ou deveriam contribuir com a democracia participativa. Por fim, foram levantados alguns dos problemas enfrentados pelas ONGs, internos e externos, sendo alguns causados por elas próprias.

O segundo capítulo apresenta a ONG Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), o seu histórico de projetos através dos anos e a estrutura utilizada de recursos físicos, financeiros e humanos. Analisou-se o seu foco de atuação no papel do jovem atuante como cidadão que debate seus direitos. Buscou-se conhecer a metodologia pedagógica empregada pelo IIDAC: o protagonismo juvenil. E como esta metodologia comprova que os jovens hoje

buscam na cultura – música, dança, cinema, teatro etc. – a principal forma de manifestar os seus anseios por melhorias, transformando-a em uma importante ferramenta para os movimentos sociais.

O terceiro capítulo apresenta um dos programas executados pelo IIDAC, a Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE), que objetiva estimular “a participação dos jovens em ações sustentáveis de formação para o acesso ao emprego, a melhoria da renda familiar e ao desenvolvimento da cidadania.” (IIDAC, 2012b). O pesquisador levantou dados estatísticos, documentais e participou dos eventos do projeto como observador, anotando as ações realizadas e entrevistando participantes e membros da ONG que atuaram no projeto.

A partir do estudo teórico de como as ONGs atuam, do papel dos jovens na participação democrática e da análise do caso concreto AJE, tentou-se compreender se seria possível uma ONG cumprir três objetivos fundamentais concomitantemente a cada programa ou projeto executado: a sua missão institucional, definida no estatuto social da instituição; as metas e objetos estipulados nos convênios celebrados e direcionados pelos parceiros financiadores; e a principal razão que justificaria a existência das ONGs, conforme define a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), a saber o

compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (ABONG, 2012).

Somente por meio desta análise comparativa entre os resultados práticos e as metas contratuais estipuladas, conseguimos demonstrar se em uma ONG coadunam tanto a “participação com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas” quanto o objetivo de “ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 20).

2 – TERCEIRO SETOR, ONGS E OSCIPS

Neste capítulo procurou-se investigar os conceitos atuais importantes para entender o terceiro setor, como: organização não governamental (ONG), organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), movimentos sociais e sociedade civil. Trazendo um breve histórico de como as ONGs atuaram no Brasil nas últimas décadas e levantando os principais benefícios e problemas enfrentados pelo setor. Essa análise histórica focada nas ONGs se justifica, pois é especialmente sobre a atuação delas que focamos nesta monografia.

Os termos terceiro setor, ONG e OSCIP costumam ser vistos como sinônimos, apesar de tecnicamente diferentes. Alves (2002) informa que a expressão *third sector* surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 para identificar o setor da sociedade em que as organizações sem fins lucrativos atuam voltadas para produzir ou distribuir bens e serviços públicos. Mas com o passar do tempo passou a ser sinônimo de expressões de diversos tipos, como setores de caridade, filantrópico, voluntário, de economia social entre outros, diferenciando-se dos primeiro e segundo setores.

Assim, agentes de natureza privada que praticam ações com fins privados (bens privados) podiam ser descritos como o “Primeiro Setor”, setor ao qual corresponderia o *Mercado*; agentes de natureza pública que praticam ações que visam a fins públicos (bens públicos) podiam ser descritos como o “Segundo Setor”, setor ao qual corresponderia o *Estado*. E, por via de consequência, agentes de natureza privada que praticam ações visando a fins públicos podiam ser descritos como o “Terceiro Setor” (ALVES, 2002, p. 16, grifos do autor).

Deste modo, agregam-se dentro da definição de terceiro setor um conjunto diversificado de instituições como organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, bem como várias outras instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001). Em 1992 foi proposta por Salamon e Anheier uma distinção conceitual para as organizações que comporiam o terceiro setor estabelecendo-se cinco atributos que as definissem estrutural e operacionalmente, a saber:

- Formalmente constituídas: alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo.
- Estrutura básica não governamental: são privadas, ou seja, não são ligadas institucionalmente a governos.
- Gestão própria: realiza sua própria gestão, não sendo controladas externamente.

- Sem fins lucrativos: a geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes.
- Trabalho voluntário: possui algum grau de mão de obra voluntária, ou seja, não remunerada ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária (apud FISCHER, 2010, pp. 99-100).

Como defende Delgado (2004), o terceiro setor é uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum. Portanto, como determina Auad (2005), seriam todas as associações criadas por cidadãos que venham a visar o bem comum. Quando pessoas civis passam a compreender que as questões globais enfrentadas pelas nações em um mundo em transição não conseguem ser resolvidas apenas pelos governos ou pelo mercado entram na definição de terceiro setor. Contudo, Froz (2005) prefere transmutar o conceito de terceiro setor para o de sociedade civil, pois a retrata como

portadora do aparelho governamental (Estado) espaço no qual acontecem as decisões hegemônicas e os confrontos dos diversos projetos de sociedade, além de manifestarem-se as forças ideológicas e culturais. Considera-se, assim, a sociedade civil como a categoria que é portadora das relações entre os organismos de participação política, neste caso as ONGs e os Movimentos Sociais, aos quais os sujeitos vão se aderindo para construir mecanismos de mediação das mudanças locais (FROZ, 2005, p. 3).

Em uma das concepções de Gramsci ele estipula que a sociedade civil se constitui do espaço em que a classe trabalhadora trava as suas lutas para

neutralizar as raízes do poder da classe dominante e promover a emancipação sociopolítica das massas populares, universalizando concretamente os valores da liberdade, da responsabilidade e da participação, e a tal ponto e tornar obsoleta a função do Estado (GRAMSCI apud SEMERARO, 1999, p. 131).

Porém, seria incorreto pensar que todos os organismos da sociedade civil são comprometidos como agentes do aprofundamento da democracia, ficando este desafio para as ONGs e para os movimentos sociais. Igualmente incorreto seria vincular os conceitos de ONG e movimentos sociais, pois estes são “ações coletivas prepositivas, as quais resultam na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”. (CASTELLS apud GOHN, 1998, p. 13). Já as ONGs, segundo Alves (2002), estão vinculadas a organizações não lucrativas que tratam de desenvolvimento econômico, assistência internacional e mudança social. Conforme conceitua Scherer-Warren, as ONGs são definidas

como organizações formais, privadas, com um diferencial, utilizam fins

públicos para a realização de suas atividades, se declaram sem fins lucrativos, ou seja, não visam o lucro ou mais-valia, são auto-governadas e contam com alguns poucos voluntários cujo objetivo é realizar intervenções de caráter educacional, político, assistencial e assessoria técnica para indivíduos ou populações e para determinado segmento da sociedade, visando expandir a participação e propiciar com que os sujeitos desencadeiem coletivamente processos de transformações sociais a níveis do cotidiano (micro) ou a nível global (macro) (apud FROZ, 2005, p. 6).

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, a grande maioria das ONGs ou era vinculada à Igreja Católica e possuíam caráter assistencialista, como as Santas Casas de Misericórdia, ou eram agências internacionais de cooperação e desenvolvimento mantidas por recursos internacionais. Após uma importante atuação na luta pela retomada da democracia, na década de 1980, houve uma abertura de espaço para as ONGs, motivadas pela pluralidade partidária, aberturas de sindicatos e fortalecimento de movimentos sociais diante das dificuldades econômicas nacionais. Ainda nesta década, enquanto o número de movimentos sociais diminuía, o de ONGs aumentava, pois estas passaram a se desvincular daqueles ganhando autonomia e diferenciação. Em 1990 em diante, uma nova parcela da sociedade começou a se interessar pelas ONGs, era o setor empresarial investindo em programas e projetos sociais (BNDES, 2001).

A pesquisa mais recente sobre o quantitativo de fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil é de 2005 – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e Grupos de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) – e apontou existirem 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no país. Estima-se que hoje existam mais de 400 mil. Dentre este total de ONGs podemos separar mais precisamente o número de OSCIPs, cadastradas no Ministério da Justiça (2012). Até o mês de julho de 2012 existiam 6.166 entidades cadastradas como OSCIPs.

Até 1999, a situação jurídica das ONGs era idêntica a das demais empresas, sendo a única distinção que a legislação lhes conferia a nomenclatura de organizações da sociedade civil (OSCs). Foi o setor empresarial que conseguiu estabelecer o primeiro marco legal para as ONGs no país, com a Lei 9.790, de 1999, trazendo uma revolução na qualificação e melhoria das instituições e seus membros. Segundo o “Manual Mais para o Terceiro Setor”, publicado eletronicamente pela ONG MAIS, nascia ali a diferenciação legal entre ONGs e organizações da

sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Segundo os autores do manual, as ONGs no Brasil podem hoje ser classificadas em duas categorias: cooperativas, reguladas pela Lei 5.764/1971, ou associações civis, reguladas pelos artigos 53 a 61 do Código Civil.

Com o advento desse marco legal, as OSCIPs, apesar de serem uma espécie de associação, passaram a não seguir as regras do Código Civil, pois possuem legislação própria. A Lei 9.790/1999 elenca requisitos mais rigorosos para a constituição de uma OSCIP que para a formação de uma associação e define alguns direitos que somente as OSCIPs possuem (KLEIN, 2009). Ou seja, pode-se dizer que toda OSCIP é uma ONG, mas nem toda ONG é uma OSCIP. Dentre as vantagens que as OSCIPs possuem estão a de poderem celebrar termos de parceria com o poder público para o recebimento de recursos públicos e a geração de benefícios fiscais para os doadores de recursos para as OSCIPs. Porém, diferente da ONG, para que a OSCIP venha a existir precisa de um registro federal conferido pelo Ministério da Justiça após o preenchimento e análise de um requerimento formal protocolado pelo interessado. A Lei 9.790/1999 elenca quais requisitos uma associação precisa alcançar para tornar-se uma OSCIP.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

[...]

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento

passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

A Lei 9.790 e o Decreto 3.100 transformam as entidades do terceiro setor em parceiras dos órgãos governamentais, tornando-as aptas a realizarem termos de parceria com transparência e publicidade na prestação de contas. É através do termo de parceria o poder público repassa os recursos para a entidade realizar alguma atividade ou serviço de interesse público, sendo a prestação de contas realizada com regras claras e definidas.

Apesar de vigente, o Termo de Parceria ainda não vem sendo muito utilizado, de modo que articulação entre Estado e terceiro setor ainda ocorre, majoritariamente, através dos dois sistemas convencionais: convênios e contratos. Os contratos são regidos pela Lei 8.666/93, também conhecida como lei das licitações, pela qual a celebração de contratos deve ocorrer mediante processo de concorrência. Já os convênios, forma dominante no relacionamento entre governos e organizações do terceiro setor, são regidos pela Instrução Normativa nº1, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (BNDES, 2001).

Como veremos adiante, esta não utilização dos termos de parceria, que na teoria seriam os instrumentos legais estabelecidos para os repasses de recursos públicos às OSCIPs, vem trazendo problemas a estas instituições.

2.1 – O QUE TORNA AS ONGS INTERESSANTES PARA A SOCIEDADE

No âmbito internacional, as ONGs atuam de duas formas: por meio de pressão em governos nacionais para tentar influenciar a postura adotada nas negociações internacionais; e por intermédio de presença ativa como observadoras cadastradas no sistema da ONU, acompanhando o processo de discussão, em coalizão com outras ONGs, e influenciando as delegações governamentais (CAREZIA, 2005).

A contribuição das ONGs Internacionais é multifacetada: mobiliza recursos para refugiados e para projetos de desenvolvimento, colabora para assistência humanitária. Também desempenham um papel de influência ao engajarem-se em trabalhos de educação e de assistência social. São perseverantes em exigir dos governos ações mais conscientes no nível nacional e multilateral para fixar altos padrões de direitos humanos e ambientais, estabelecer e manter a paz e para atender aspirações e necessidades básicas dos cidadãos (VIEIRA, 2001, p. 125).

No passado, o papel de maior destaque para as ONGs no Brasil era a sua relevância histórica, pela sua atuação como catalisadoras dos movimentos e

aspirações sociais e políticas da população brasileira em momentos cruciais na história recente do país, como a luta pela retomada da democracia (BNDES, 2011). Porém, atualmente o seu poderio econômico tem sido o principal alvo de estudos econômicos, como revelou o pesquisador Lester Salamon, da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, ao dizer que

elas já movimentam o equivalente a US\$ 1,9 trilhão por ano (R\$ 3,1 trilhões). É mais que o PIB do Brasil, de US\$ 1,3 trilhão, e o equivalente a 5,1% do PIB combinado dos 40 países incluídos na pesquisa. Se fosse um país independente, o Terceiro Setor teria sido a oitava maior economia do planeta no ano passado. O Brasil segue essa tendência global. O Terceiro Setor já representa 5% do PIB brasileiro (FUCS, 2008).

Além do PIB, a influência econômica das ONGs também é percebida na movimentação dos gastos com os salários de 1,8 milhão de empregados com carteira assinada, cerca de R\$ 35 bilhões por mês na folha de pagamento. E enganam-se aqueles que pensam serem salários baixos ou pouco atrativos.

Os salários na área social já estão próximos dos pagos na iniciativa privada e no setor público. Nos Estados Unidos, um trabalhador do Terceiro Setor recebe em média US\$ 627 por semana em comparação a US\$ 669 na iniciativa privada. No Brasil, os trabalhadores do Terceiro Setor ganham, em média, 3,8 salários mínimos por mês ou 3,2% a mais que a média nacional. A crença de que os trabalhadores do Terceiro Setor ganham menos que seus colegas do setor privado é hoje, na melhor hipótese, uma meia-verdade (FUCS, 2008).

Outro fator que torna as ONGs atraentes é a sua reconhecida agilidade frente às burocracias governamentais, interferindo nas políticas e estratégias nacionais e internacionais, identificando e atuando com precisão nos projetos de grande ganho social e que necessitam de mão de obra que garanta um trabalho remunerado para muitas pessoas (AUAD, 2005). Poucas áreas exibem o vigor, dinamismo e inovação apresentados pelas ONGs, que se tornaram um polo de inovação e fábrica de novas ideias voltadas para a solução de problemas na sociedade contemporânea (FUCS, 2008).

2.2 – PROBLEMAS ENFRENTADOS E CAUSADOS PELAS ONGS

Um dos maiores problemas enfrentados pelas ONGs é o despreparo para a captação de recursos financeiros, pois muitos gestores precisam aprender a elaborar bons projetos e parcerias, conhecer a legislação e incentivos fiscais e empresas interessadas em financiar projetos sociais (GOUVEIA, 2007). Mesmo

dentre os gestores de ONGs, já habituados com as técnicas de captação de recursos, há reclamações que a burocracia técnica confusa e o despreparo de grande parte dos agentes públicos atrapalham diretamente a elaboração e execução dos projetos. Gerson Scharnik, diretor financeiro da ONG Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), cita outro entrave legal: a vedação de inclusão de taxa administrativa para as ONGs nos projetos públicos, conforme estipula o artigo 52 da Portaria Interministerial nº. 507. Assim, muitas vezes, ao ter o seu projeto aprovado, a ONG vê-se tendo que custear com recursos próprios as despesas operacionais não aprovadas e folha de salários dos envolvidos no projeto. Aliás, legislação omissa ou não seguida pelos próprios órgãos é apontada muitas vezes como uma das principais causas pelas dificuldades que as ONGs enfrentam. No que se referem às OSCIPs, podemos ver que a questão também não foi resolvida.

A legislação das OSCIPs não avança na questão do financiamento público ao setor. Pela regra atual (Lei nº 9.250/95), não há possibilidade de deduções das contribuições feitas às entidades privadas sem fins lucrativos por pessoas físicas, e, no caso do imposto de renda de pessoas jurídicas o limite de dedutibilidade é de 2% sobre o lucro operacional. Pela legislação tributária, para que as instituições sejam habilitadas a receber doações passíveis de dedução, é necessário obter o título de utilidade pública federal junto ao Ministério da Justiça (BNDES, 2001).

A concorrência entre os interessados nos recursos disponíveis às ONGs aumentou enquanto os recursos em si não seguiram o mesmo padrão, ao contrário. Larry Cox, diretor da Fundação Ford, disse que o orçamento social diminuiu de US\$ 15 bilhões para US\$ 9 bilhões nos últimos três anos, fazendo com que priorizasse o financiamento de agências da Organização das Nações Unidas (ONU) em detrimento das ONGs. E não só a ONU tornou-se uma concorrente pelos recursos, mas o próprio estado brasileiro criou programas próprios que antes eram o foco de muitas ONGs, como o Comunidade Solidária e o Fome Zero (ROSSETTI, 2012).

Contudo, mesmo com toda esperança e confiança depositadas nas organizações do terceiro setor, as ONGs e as OSCIPs apresentam alguns pontos perversos. Stephen Kanitz (2004) levantou o que considera como os dois pontos negativos das ONGs atuais. O primeiro ponto é que, com o slogan de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”, estimula-se o abandono de doações a entidades assistencialistas, caridosas ou filantrópicas. Kanitz aponta que nas ONGs onde se “ensina a pescar”, 85% das doações acabam nos bolsos de professores e

palestrantes enquanto os alunos continuam na miséria ou na mesma situação de outrora. Assim, apesar do discurso de voluntariado e protagonismo pregado pelas ONGs sociais, a impressão que fica é que o problema real continua sem solução enquanto o dinheiro público é gasto nas ONGs e não pelas ONGs. O segundo ponto negativo é a adoção de pensamento neoliberal social em detrimento de um “humanismo cristão”. É um aspecto ruim, pois a tendência do mercado neoliberal é investir somente em pessoas que possibilitem um retorno a longo prazo para o investimento, como no caso das crianças e adolescentes, abandonando os cuidados aos doentes e idosos, por não serem sujeitos interessantes ao neoliberalismo social (KANITZ, 2004).

Além dos apontamentos feitos por Kanitz, outras denúncias têm aparecido na mídia nos últimos anos indicando como as ONGs podem estar sendo utilizadas para o desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro proveniente da corrupção. Tanto que, em 2008, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) especialmente para fiscalizar as ONGs (CPI das ONGs) aberta para apurar as irregularidades nas muitas entidades que receberam milhões para executarem, dentre outros projetos, alguns que estimulavam a prática de esportes por crianças carentes, mas que sequer existiam fora do papel ou que mantinham funcionários reais (BRITO, 2008). A quantidade de dinheiro disponível no terceiro setor atrai pessoas inescrupulosas e políticos corruptos que conhecem as brechas legais que permitem os desvios. Tanto que, em relatório do senador Inácio Arruda, ficou concluído a existência de três problemas nos convênios entre governo e entidades: “falta de critérios claros de escolha das organizações favorecidas, desvio de finalidade na execução dos contratos e ausência de fiscalização sobre os convênios” (CASTRO, 2012). Isto enquanto os convênios se utilizam dos procedimentos regulares via SICONV.

SICONV é o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. O SICONV bem como o Portal de Convênios – www.convenios.gov.br - foram legalmente instituídos pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Esse decreto determina que a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios sejam registrados no SICONV (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

A não utilização do SICONV foi apontada por especialistas como a principal razão para explicar os desvios de recursos pelas ONGs. Isto porque todas as ONGs

denunciadas não seguiram o processo legal de cadastrarem as suas propostas via sistema eletrônico, respeitando o Decreto nº. 6.170, de 2007, que criou a obrigatoriedade de utilização do sistema. Os projetos das ONGs envolvidas no escândalo foram encaminhados via emendas parlamentares que as indicavam sem restrições. Esta é a opinião do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, em reportagem da Agência Brasil:

“Na maioria das vezes, a indicação é feita mediante ofício do parlamentar autor da emenda, como ocorreu no Turismo. Mas o ministério não fica vinculado a essa indicação. O ministério está vinculado às regras do decreto”, disse Hage. A CGU, informou, está fazendo um novo alerta aos ministros sobre as regras que devem ser seguidas para assinatura de convênios com ONGs. “Estamos alertando os ministros que os ministérios não são obrigados a aceitar a ONG indicada pelo parlamentar, mediante ofício, como muitas vezes acontece”, destacou Hage. “A única coisa que vincula o ministério é se a ONG estiver indicada no texto da Lei Orçamentária, no corpo da lei.” (RICHARD, 2011).

Como consequência direta dos escândalos e dos problemas levantados acima, as ONGs adquiriram uma espécie de “má-fama” perante a sociedade. É a reclamação de Rafaela Frade, coordenadora da ONG Amigos de Franca, que depende de doações de empresários para manter as atividades: “as pessoas ficam desacreditadas, acham que todas as ONGs fazem isso, que não trabalham de forma séria. Isso acaba atrapalhando na hora de captar recursos”. Ormar Cardoso, da ONG Estilo de Vida, concorda que tem ficado mais difícil conseguir apoio: “Muitos empresários da região não querem mais ajudar” (CASTRO, 2012).

3 – O INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA (IIDAC)

No presente capítulo, procura-se apresentar a ONG objeto de estudo, os seus principais projetos, a forma de trabalho em equipe e metodologias de ensino ao seu público infante-juvenil. Para aprofundar a temática, uma breve exposição da situação da ONG no panorama socioeconômico atual a metodologia do protagonismo juvenil, uma proposta pedagógica diferenciada e recente adotada por muitas ONGs que trabalham com crianças, adolescentes e jovens. Além disso, analisou-se como esta proposta se enquadra dentro da nova concepção de juventudes, e como o protagonismo juvenil pode auxiliar na construção da identidade do jovem.

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) surgiu em 1998, na cidade de Curitiba, Paraná, e seus fundadores são os irmãos Gilson (diretor executivo), Gerson (diretor financeiro) e Gilbert Scharnik (diretor de projetos) e Marco Antônio Carvalhaes Pereira (diretor administrativo e de relações internacionais). Em 2005, mudou a sede para Anápolis, Goiás para, segundo o diretor financeiro, Gerson Scharnik, “aproveitar a localização geográfica e estratégica da cidade entre as capitais estadual (Goiânia) e federal (Brasília)”.

O IIDAC é uma associação civil sem fins lucrativos, de acordo com o seu estatuto social, e uma organização não governamental (ONG) qualificada e registrada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) desde 2002, conforme informações do endereço eletrônico do Ministério da Justiça (2012). Isto significa que, como associação ela usufrui de todas as vantagens que as OSCIPs possuem legalmente, podendo celebrar termos de parceria com o poder público para que este repasse recursos para a realização de alguma atividade ou serviço de interesse público; gerar benefícios fiscais para certos tipos de doações destinadas aos projetos executados por ela; ser isenta de impostos, mesmo remunerando os seus diretores; entre outros (BRASIL, 1999b). O instituto traz como missão

apoiar e assessorar governos, sociedade civil organizada e agências internacionais de desenvolvimento na realização de seus mandatos e na construção de políticas públicas nos países membros das Nações Unidas, o IIDAC dedica-se a produzir e implementar tecnologias sociais em projetos dirigidos para o fortalecimento de redes sociais no segmento acadêmico, governamental, não governamental e comunitário (IIDAC, 2012a).

Um breve histórico das parcerias e dos prêmios alcançados pela instituição demonstra em quais áreas o IIDAC vem atuado e se destacando nos últimos 14 anos. Em 1998, no mesmo ano de sua fundação, o IIDAC firmou cooperação com o PNUD, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2000, entrou em cooperação direta com 16 agências internacionais de cooperação para a implantação do centro internacional de especialistas voluntários no Brasil. Em 2003, foi escolhido como destaque especial do Banco Mundial como organização de notório saber pela promoção do protagonismo e participação juvenil no Brasil, pelos seminários Vem Ser Cidadão. Em 2005, estabeleceu a cooperação com a Rede Brasileira de Universidades, envolvendo 37 universidades em todas as regiões do país. Em 2007, recebeu o prêmio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como organização destacada como uma das melhores práticas para promoção do capital social nas Américas. Em 2008, recebeu o prêmio de Melhores Práticas das Américas para o desenvolvimento humano, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2009, foi nomeado no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) com status de conselheiro consultivo especial junto à Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2010, recebeu o registro na Organização dos Estados Americanos (OEA) como membro consultor permanente da Secretaria Geral. Cooperando atualmente com mais de 37 países, apoia projetos em 650 comunidades e desde 1998 desenvolveu mais de 60 projetos que atenderam aproximadamente 91.000 pessoas no Brasil e no mundo (IIDAC, 2012a).

Nenhum dos empregados, ou colaboradores, como são chamados dentro da instituição, figura na folha de pagamento do próprio IIDAC. Em 2012, em torno de 24 pessoas eram contratados temporários cedidos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), uma contratada temporária cedida pela Prefeitura Municipal de Anápolis e uma voluntária internacional especialista enviada pelos Voluntários das Nações Unidas (VNU), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IIDAC contou, no decorrer dos últimos anos, com vários voluntários do VNU oriundos de países como Suécia, Coreia do Sul, Itália e, especialmente, Espanha.

O VNU, conforme descrito em seu próprio endereço eletrônico, seria

O programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) foi criado pela Assembleia Geral da ONU em 1970 como um órgão subsidiário das Nações Unidas para funcionar como um programa operacional na cooperação para o desenvolvimento. Administrado pelo PNUD, o programa

promove o voluntariado para a paz e o desenvolvimento, o que significa abordar o voluntariado em suas várias formas – ajuda mútua, filantropia e campanhas – sempre com o intuito de apoiar iniciativas alinhadas à agenda da ONU. [...] reconhece o voluntariado dentro da sua diversidade e entende que ele é universal e inclusivo, além de enaltecer os valores que o envolvem: escolha própria, compromisso, engajamento e solidariedade. Os efeitos do voluntariado beneficiam o conjunto da sociedade, assim como aumentam a confiança, a solidariedade e a reciprocidade entre cidadãos, por sua vez geradoras de oportunidades de participação. No Brasil, o VNU atua desde 1998. É um programa em crescimento, de cooperação com projetos de diferentes parceiros em todo o país. O VNU está sempre em busca de pessoas qualificadas que cumpram serviços voluntários nesses projetos de desenvolvimento. Milhões de pessoas em todo o país já estão engajadas como voluntários em clubes, ONGs, igrejas, escolas, etc., e milhares de voluntários participam em projetos sociais de empresas privadas com o objetivo de melhorar as condições de vida em comunidades carentes, proteger o meio ambiente ou contribuir para atividades específicas (PNUD, 2012).

O IIDAC possui um representante fixo na cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América, para as agendas com órgãos internacionais. Também abarcou voluntários provenientes do Canadá, enviados em parcerias com universidades públicas e privadas canadenses. Além destes colaboradores, há os que entram por período determinado, para atuarem em projetos específicos, sendo remunerados com bolsas-pesquisa definidas em convênios assinados com os parceiros financiadores dos projetos. Verifica-se assim serem vitais para a manutenção da equipe de trabalho da instituição as parcerias e convênios com órgãos públicos, e os acordos com entidades internacionais, que disponibilizem recursos humanos (contratados temporários ou voluntários internacionais) e/ou destinem recursos financeiros para o pagamento de bolsas-pesquisa.

A equipe do IIDAC é formada por profissionais e consultores do Brasil e do exterior, especialistas em planejamento e gestão de projetos e dedicados a encontrar soluções coletivas e democráticas que atendam o interesse e as determinações das agendas internacionais dos direitos humanos (IIDAC, 2012a).

Notou-se que muitos dos contratados temporários em novos projetos são profissionais que trabalharam anteriormente com o IIDAC, em Goiás ou no Paraná, seja pela formação curricular e experiência reconhecida seja pela facilidade de contato e grau de confiança entre as partes. Assim, na elaboração de materiais pedagógicos, mídias audiovisuais, apresentações culturais e palestras, os profissionais chamados costumam serem velhos conhecidos do instituto.

Em 2012, as instalações físicas do IIDAC consistiam em uma modesta casa alugada em um bairro residencial, reformulada como escritório, com uma secretaria

(onde trabalha uma pessoa), uma sala de reuniões (com capacidade para 10 pessoas), uma sala de assistentes (com 5 pessoas), uma sala de comunicação (com 3 pessoas), uma sala de projetos (com 3 pessoas), uma sala de contabilidade e arquivo (com duas pessoas), duas salas da diretoria (com duas pessoas cada), uma cozinha (com uma pessoa), dois banheiros e um pequeno quintal. Além destas instalações, há membros da equipe estabelecidos no campus administrativo da UEG e nas instalações do Conservatório Internacional das Artes.

Desde a sua fundação, o IIDAC especializou-se em executar projetos envolvendo crianças, adolescentes e jovens. A Tabela 1 apresenta uma compilação dos principais projetos da instituição executados nos últimos anos na área dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Tabela 1 – Principais projetos do IIDAC

Projeto	Edição / Ano	Financiador(es) / Parceiro(s)	Abrangência
Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE)	AMUSEP 2003	Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).	30 municípios paranaenses 2.500 jovens
	AMERIOS 2005	Associação dos Municípios do Entre Rios – SC (AMERIOS), SEBRAE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	17 municípios paranaenses 700 jovens
	BID 2010	BID, Corporação Interamericana de Investimentos (CII), Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e SEBRAE.	15 municípios goianos 500 jovens
	AJETUR 2011	Ministério do Turismo (MTur), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Sistema Nacional do Emprego (SINE) e SEBRAE.	10 municípios goianos 400 jovens
Cidade dos Direitos	2009	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), UNICEF, Ministério da Educação (MEC), Conselho Tutelar, Polícia Civil, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria e Defensoria Pública.	Distrito Federal 8.000 jovens
	2012	SDH/PR, CONANDA, UNICEF, MEC, Petrobrás, Correios, Serviço Social da Indústria (SESI), Ashoka, Conselho Tutelar, Polícia Civil, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria e Defensoria Públicas.	Distrito Federal e 2 municípios goianos 8.000 jovens
Grupo Folclórico Brasil Central (GFBC)	Desde 2005	Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Prefeitura Municipal de Anápolis.	Nacional
Jovens Mulheres Quilombolas	2009-2010	UNICEF, Confederação Brasileira de Comunidades Quilombolas (CONAQ), UEG e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).	4 comunidades quilombolas goianas
Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	2009-2011	SDH/PR, Centro Brasileiro de Protagonismo Juvenil (CPJ), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades (ABRUEM), Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), CONANDA, Instituto Brasileiro de	19 Estados e Distrito Federal

		Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e 14 ministérios.	
ODM Universidades	2005-2006	PNUD, UNV, UEG, Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), Centro Universitário de Vila Velha (UVV), Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA), Faculdade Batista de Vitória (FABAVI), Instituto Batista de Educação de Vitória (IBEV), ABRUEM, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).	3 Estados 6.800 jovens
	2006-2007		
	2008-2009		
Vem Ser Cidadão	I a V Seminários 1998-2002	Secretaria de Educação do Estado do Paraná e 15 organizações nacionais e internacionais.	15 estados 17 países 2.000 jovens
Voz dos Adolescentes	Desde 2006	UNICEF, UEG, governo federal, governos de 11 estados do semiárido, 80 organizações da sociedade civil, organismos internacionais e empresas privadas.	Nacional

Fontes: IIDAC (2012), GFBC, AMUSEP, AMERIOS e KLEIN (2004).

Conforme demonstra a Tabela 1, muitos dos projetos executados pelo IIDAC são por período determinado. Da lista, somente dois deles – Grupo Folclórico Brasil Central (GFBC) e ODM Universidades – são de iniciativa do instituto e funcionam como divulgação das atividades do IIDAC. Estes projetos ocorrem sem convênios ou financiamentos formais, sendo executados quando o IIDAC consegue parceiros que arquem, no mínimo, com as despesas de execução do projeto.

Além dos projetos citados, o IIDAC atua na gerência de duas instituições independentes, criadas por ele: o Centro de Protagonismo Juvenil (CPJ), na área do protagonismo juvenil; e o Conservatório Internacional das Artes, na área cultural e gerenciado em parceria com a UEG. Ambas as instituições possuem sede na cidade de Anápolis, Goiás.

A metodologia de ensino empregada pelo IIDAC nos projetos foi apontada por Bianca Larissa Klein (2004), em sua dissertação de mestrado em educação intitulada “Protagonismo Juvenil e Cidadania: uma Proposta Pedagógica Burguesa”, como a de protagonismo juvenil não-formal, baseada nas propostas do educador Antônio Carlos Gomes da Costa de uma nova pedagogia para o desenvolvimento da cidadania participativa.

A expressão protagonismo juvenil designa a participação de adolescentes atuando como parte da solução, e não do problema, no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla, sendo o protagonismo juvenil um método pedagógico que se baseia num conjunto de práticas e vivências, que tem como foco a criação de espaços e condições que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais (COSTA apud KLEIN, 2004, p. 12).

Por um lado, a pesquisadora critica a metodologia de ensino do protagonismo juvenil como sendo “uma proposta cujo pano de fundo é a reforma estatal, pretendida pelos grandes agenciadores globais” e que estaria “encobrendo o seu caráter ideológico de servir aos interesses do capital” (KLEIN, 2004). Por outro lado, a autora reconhece que todas as instituições que operam a mesma proposta metodológica de protagonismo juvenil apresentam apenas nuances como diferenças em suas metodologias com as do IIDAC, pois se orientam formalmente pelo mesmo conteúdo. Também assume que a nova pedagogia vem encontrando franca acolhida no setor público e privado conforme demonstra a lista de “clientes” de Costa e do IIDAC: dois ministérios e várias secretarias estaduais e municipais de educação. Ou seja, a crítica da autora vai além da metodologia empregada especificamente pela ONG e se estende aos conceitos mundialmente aceitos para terceiro setor, cidadania e protagonismo juvenil, bem como aos Estados que as apoiam.

A presente pesquisa detectou que a conjuntura política e alguns fatos externos ocorridos durante o período de estudo da ONG influenciaram o trabalho em alguns projetos sendo considerados, portanto, relevantes a uma compreensão geral menciona-los neste capítulo.

Em primeiro lugar, as denúncias em 2011 de que três ministérios – Ministério do Turismo (MTur), Ministério dos Transportes e Ministério dos Esportes – estariam desviando recursos por intermédio de ONGs de fachada afetaram diretamente as demais ONGs não envolvidas no escândalo. A mudança da atitude governamental em relação às ONGs foi levantada em reportagem da Carta Maior:

O jogo duro do governo com Organizações Não Governamentais (ONGs) foi decidido pela presidenta Dilma Rousseff depois da descoberta de fraudes em convênios no ministério do Turismo que contribuíram para a queda do ex-ministro Pedro Novais. A repetição do problema no Esporte custou o cargo de outro ministro (Orlando Silva) e acirrou ainda mais o ânimo de Dilma contra as ONGs. Hoje, as entidades são alvo de uma “discussão dramática” no governo, que prepara mudança “radical” na relação com elas e já causa reações contrárias entre “ongueiros”. [...] O decreto de setembro já tinha apertado a relação do governo com as entidades não governamentais ao exigir, por exemplo, que elas tivessem pelo menos três anos de atividades comprovadas na área onde gostariam de firmar

convênios. Também obrigou os ministérios a realizar seleção pública das organizações interessadas em fechar acordos e estabeleceu que o próprio ministro tem de assinar o convênio. O objetivo era tornar mais rigoroso o controle dos repasses. Depois da crise no Esporte, o governo decidiu preparar novo decreto, para suspender de vez todos os repasses de recursos às ONGs por pelo menos um mês, para reavaliá-los (PASSOS et al., 2011).

A consequência imediata para todas as ONGs conveniadas com o MTur, entre elas o IIDAC com o projeto AJETUR, foi o endurecimento das exigências para a liberação dos recursos restantes do convênio e a solicitação de um maior detalhamento técnico para a aprovação final da prestação de contas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Em segundo lugar, a vereadora do município de Anápolis, Goiás, Gina Tronconi, influenciada pelas denúncias em âmbito nacional sobre o escândalo das ONGs, passou a fazer uma “caça às bruxas” ao IIDAC, por essa ONG estar sediada em seu município e receber recursos oriundos de um dos ministérios envolvidos no escândalo. A reportagem publicada no Jornal Estado de Goiás trouxe detalhes.

Em discurso na sessão de segunda-feira (15) da Câmara Municipal, a vereadora Gina Tronconi (PPS) disse que pretende buscar informações mais detalhadas sobre o Centro Brasileiro de Protagonismo Juvenil (CPJ), uma entidade sediada em Anápolis que entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2011, recebeu do Governo Federal um total de R\$ 3.075.149,55 em verbas. O objetivo é **saber se parte desse recurso é aplicada em Anápolis**. “Não estou fazendo juízo de valor [da entidade], apenas acho que **temos a função de fiscalizar a aplicação desses milhões de verbas federais**”, destacou Gina. Alguns vereadores sugeriram que o questionamento também deve ser repassado ao Ministério Público Federal (MPF), que possui uma sede em Anápolis. [...] A tentativa de buscar mais informações sobre a entidade, que culminou no discurso na segunda-feira (15) na tribuna da Câmara, foi retomada depois de a vereadora ler reportagem da revista Veja que falava sobre o relacionamento suspeito do Ministério do Turismo com entidades (VIEIRA, 2011, p. 6, grifo nosso).

Após análise jurídica, o advogado da ONG, em resposta às denúncias, mostrou que, além de acusações infundadas e equivocadas, a vereadora desejava aproveitar exposição gratuita na mídia nacional sobre o assunto para autopromoção. Tanto é que não foi aberto nenhum processo judicial ou auditoria fiscal contra a ONG. Nem poderia, conforme respostas às alegações levantadas fornecidas na própria matéria do jornal. Com informações extraídas do Portal da Transparência do Governo Federal, o jornal divulgou quais as localidades em que os recursos de alguns projetos da ONG foram utilizados, a maioria fora do município de Anápolis, portanto, além da competência da vereadora. E a fiscalização de verbas federais foge aos deveres de atuação do vereador, pois são fiscalizadas pelo próprio governo

federal, por meio do SICONV, de auditores enviados pelo órgão concedente e pelo Portal da Transparência.

Contudo, percebeu-se que mesmo o IIDAC não estando envolvido nos esquemas de corrupção denunciados a sua imagem saiu maculada após esses dois episódios. Pois foi gerada na população a impressão que toda ONG é fraudulenta e corrupta, problema partilhado pelas demais ONGs em todo o país, conforme relataram Paulo Teixeira, líder do PT na Câmara, “Há uma tentativa de criminalização das ONGs nesse momento”, e Vera Masagão, diretora executiva da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), “O que nos espanta é o governo entrar neste jogo” e “é como se uma pessoa que foi assaltada por um japonês, mandasse prender todos os japoneses em caráter preventivo” (PASSOS et al., 2011).

3.1 – O QUE É PROTAGONISMO JUVENIL?

Conforme analisado pelo professor Juarez Tarcísio Dayrell (2003), não há que se limitar a concepção de juventude a um dos modelos parciais estabelecidos pela sociedade atualmente: como pessoas que ainda “virão a ser” no futuro; ou romanticamente como um tempo de liberdade, prazer, erro e irresponsabilidade; ou como meros consumidores esporádicos de cultura; ou ainda como um momento problemático de crise, isolamento e afastamento familiar. Ao invés disso, o estudioso prefere a combinação das definições de Angelina Peralva – juventude como “uma condição social e um tipo de representação” com “contornos específicos no conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” – e de Alberto Melucci – juventude como um momento “de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais” em que se vive “um conjunto de transformações” para o resto da vida. Aprofundando ambas as concepções é que o professor defende o uso do termo juventudes, para enfatizar os diversos modos existentes de ser jovem (DAYRELL, 2003).

A vivência da juventude, desde a adolescência, tende a ser caracterizada por experimentações em todas as dimensões da vida subjetiva e social, possibilitando novas vivências, sensações e emoções, que trazem conhecimento sobre si mesmos e sobre o mundo, fazendo desta fase da vida o momento por excelência do exercício de inserção social (DAYRELL, 2011, p. 88).

Porém, poderiam os jovens, durante a formação de suas identidades e o exercício de suas juventudes, atuarem como sujeitos sociais em prol da cidadania no país? Acreditamos que sim, e poderemos ver que é assim que esse grupo o vem fazendo durante toda a história do Brasil, conforme pesquisa realizada por Rabat (2002): a juventude teve papel preponderante na questão da abolição da escravidão, no advento da República (final do século XIX) e na luta armada na década de 1960. Nos anos 1980 e 1990 participaram ativamente nas campanhas pelas Diretas Já e pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Mais pontualmente, são frequentemente vistos atuando como voluntários em prol de campanhas em favor do meio ambiente, arrecadação de alimentos, combate à corrupção etc. (DAYRELL, 2011).

Recentemente, uma nova metodologia de ensino vem contribuindo de certo modo para estimular os jovens despertarem e atuarem como sujeitos sociais: o protagonismo juvenil.

É impossível analisar o protagonismo juvenil sem mencionar o seu idealizador, o pedagogo mineiro Antonio Carlos Gomes da Costa. Até o seu falecimento, em fevereiro de 2011, aos 61 anos, Costa atuou ativamente como um dos principais defensores nacionais dos direitos das crianças e dos adolescentes. Participou na elaboração da Lei nº. 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um dos códigos mais avançados no mundo na proteção da infância e juventude. Em 1998, ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos. Escreveu diversos livros sobre a temática infanto-juvenil e foi conselheiro de variados órgãos e instituições, dentre elas o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Odebrecht, Bradesco, Telefônica, Votorantim e Instituto Ayrton Senna, dentre outras (BERTONI, 2011).

O protagonismo juvenil foi definido no livro “Protagonismo Juvenil - Adolescência, Educação e Participação Democrática” como uma nova prática pedagógica em que há uma espécie de inversão dos papéis do educador e do educando no já “ultrapassado” processo educacional formal brasileiro. O jovem devendo assumir o papel principal – protagonista, do grego *protos* (principal) e *agonistes* (lutador) – não somente em sua educação não-formal, proativa e inclusiva, mas na resolução dos problemas que enfrenta na comunidade.

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividade que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário (COSTA, 2006, p. 90).

Para elaborar a sua proposta pedagógica, Costa baseou-se, além da sua experiência profissional como educador, em alguns dispositivos legais que apoiam a sua ação. Seriam eles: a Constituição Federal da República do Brasil (CFRB), de 1998, a Lei nº. 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o ECA, principalmente nos trechos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990).

Percebe-se que o artigo 205 da CFBR cita a colaboração da sociedade para o fomento da educação. As ONGs e os próprios jovens fazem parte desta sociedade, portanto podem e devem atuar também no papel de educadores. Já no artigo 1º da LDB, especificam-se como partes integrantes do processo educacional nacional os “movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, por fim, o artigo 15 do ECA estende o conceito de criança e adolescente para o de sujeitos de direitos, onde estes passariam de meros receptores do conhecimento para agentes ativos do processo educacional (BRENER, 2004).

A proposta pedagógica do protagonismo juvenil teve suas principais premissas enumeradas por Costa (2004) diferenciando-a das demais metodologias educacionais, a saber:

- a participação dos jovens em ações de voluntariado na escola, na comunidade e na vida social, atuando como parte da solução, e não como parte do problema;
- o protagonismo juvenil é, ele próprio, um elemento constitutivo do arcabouço teórico-prático da educação para valores (éticos, políticos, etc);
- a prática do protagonismo juvenil, enquanto educação pela solidariedade

desenvolve no adolescente: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer;

- o protagonismo juvenil desenvolve a permanente necessidade de se buscar novas formas de relacionamento entre educador-educando, escola-comunidade, escola-família e dos adolescentes com o seu meio;

- o protagonismo juvenil desenvolve no jovem a consciência de mudança de atitude diante dos fatores de risco;

- o protagonismo juvenil abre espaços para uma nova maneira (os projetos educativos) de favorecer o trabalho interdisciplinar e o manejo criativo dos conteúdos transversais propostos nos parâmetros curriculares nacionais;

- o protagonismo juvenil permite que o adolescente não seja visto apenas como receptor de informações, mas como forma de criar no jovem a fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade). (apud KLEIN, 2004, p. 12)

Colocar o jovem como protagonista ajuda a formar a sua identidade em uma sociedade que carece de acesso à educação de qualidade, formação cultural, igualdade social e tecnologias de inclusão. Para Dayrell (2011) os jovens necessitam de projetos individuais ou coletivos, que, além de fornecerem orientação sirvam como medida de amadurecimento e abertura de possibilidades. O protagonismo juvenil pode auxiliar na construção do próprio projeto de vida dos jovens.

Todos os jovens possuem projetos, uma orientação, fruto de escolhas racionais, conscientes, ancoradas em avaliações e definições de realidade. [...] De um lado, quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre o seu gosto, aquilo que sente prazer em fazer, maior a sua capacidade de elaborar o seu projeto. Por outro lado, quanto mais ele conhece a realidade na qual ele se insere, as possibilidades abertas pelo sistema na área onde queira atuar, maior as suas chances de implementar de fato o seu projeto. As duas variáveis demandam espaços e tempos de experimentação de si mesmo e uma ação educativa que o possa orientar (DAYRELL, 2011, p. 91).

Algumas ONGs que vêm utilizando essa ideia de protagonismo juvenil no Brasil contemporâneo são: a Rede Pró-Menino (da Fundação Telefônica), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA), o Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ), o Centro de Protagonismo Juvenil (CPJ), o Instituto de Estudos Socioeconomicos (INESC), entre outros. Nos próximos capítulos, iremos analisar o projeto de uma ONG que procura utilizar-se do protagonismo juvenil como método de ensino em municípios do estado de Goiás, bem como os resultados obtidos por suas ações.

4 – A AGÊNCIA JUVENIL DE EMPREENDEDORISMO

No presente capítulo, faz-se uma análise do projeto Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE) como uma experiência de ação coletiva baseando-se na bibliografia sugerida para a matéria, bem como em quais aspectos ela se relaciona com o protagonismo juvenil e a atuação do jovem como sujeito social.

Dentre os projetos executados pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) destaca-se a Agência Juvenil de Empreendedorismo (AJE), criada em 2003 e cujas edições até o presente já foram objeto de convênio com diversas instituições: Ministério do Turismo (MTur), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação dos Municípios de Entre Rios (AMERIOS), Corporação Interamericana de Investimentos (CII), Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), dentre outros. No seu endereço eletrônico, o projeto especifica quais são os seus objetivos.

A Agência Juvenil de Empreendedorismo incentiva e apoia a inclusão social e econômica dos jovens no Brasil promovendo a educação empreendedora. [...] Reconhecida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como uma das melhores práticas das Américas em 2009, a AJE já qualificou mais de 3500 jovens no país. A AJE constrói habilidades, fortalece a integração e gera experiências de mobilização produtiva dos jovens, criando condições para conhecerem e ampliarem suas capacidades, participarem como protagonistas de seus direitos e serem ativos promotores do capital social em suas comunidades. Com visão estratégica e experiências sociais e de participação, os jovens ficam aptos para identificar oportunidades, combinar recursos e conhecimentos, planejar e colocar em prática soluções às suas próprias necessidades, assim como para o desenvolvimento local sustentado. A equipe do projeto é formada por especialistas do IIDAC e um time de consultores juvenis que trabalham juntos nas diferentes ações do projeto. As atividades de formação envolvem seminários, reuniões de orientação vocacional, oficinas e workshops, visitas técnicas e intercâmbios que subsidiam o programa de experiências juvenis no mercado empreendedor. (AJE, 2011).

O IIDAC, como organização não governamental (ONG) e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), não é um movimento social, mas um movimento de base. Também, os projetos executados pelo IIDAC, como a AJE, não podem ser caracterizados como “movimentos sociais”. Eles são programas financiados pelo poder público ou instituições privadas e que visam atingir um objetivo que coadune com a(s) linha(s) de atuação social do órgão financiador. Além disto, mesmo que tal resultado não estivesse delimitado no objeto dos convênios, nada vedou que um dos resultados indiretos da experiência fosse a aplicação do

protagonismo juvenil como metodologia e o incentivo à participação dos jovens em movimentos sociais. Os profissionais que acompanham *in loco* a execução do projeto desde o início até os resultados finais puderam perceber alguma diferença entre o cumprimento de metas e objetivos conveniados para se atingir estatísticas governamentais de órgãos que estão longe dos locais onde são executados os projetos financiados por eles e a mobilização real dos participantes para começarem a agir e a pensar como um grupo de sujeitos de direitos.

Apesar da AJE se concentrar no foco empreendedorismo juvenil em geral, as suas edições acabam se diferenciando pelo tema, ano de realização, localidade em que ocorre e sigla identificadora do parceiro financiador. Por ser a AJE uma experiência que se propaga em várias edições desde a sua criação, para se delimitar o campo de estudo, este trabalho buscou analisar somente as duas últimas edições, executadas no estado de Goiás e realizadas no decorrer dos anos de 2010 e 2011, conforme apresentadas na tabela 2.

Tabela 2 – A Agência Juvenil de Empreendedorismo em Goiás

Projeto	Realização	Financiador	Municípios
AJE BID	Entre junho e dezembro de 2010	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Anápolis, Goiânia, Inhumas, Pirenópolis, Nerópolis, Silvânia, Abadiânia, Goianópolis, Petrolina, Leopoldo de Bulhões, Nova Veneza, Campo Limpo, Teresópolis, Ouro Verde e Gameleira de Goiás
AJETUR	Entre janeiro e agosto de 2011	Ministério do Turismo (MTur).	Água Limpa, Buriti Alegre, Caldas Novas, Corumbaíba, Ipameri, Marzagão, Morrinhos, Piracanjuba, Rio Quente e Santa Cruz de Goiás

Fonte: IIDAC e AJE.

Vale ressaltar que, apesar do parceiro financiador se alterar a cada edição, a metodologia utilizada no projeto, de protagonismo juvenil, se mantém. As ferramentas sofrem adaptações para se enquadrarem às exigências específicas do objeto e metas pactuadas nos contratos e convênios com os parceiros. Por exemplo, o objeto da AJE BID foi o de “mensurar a quantidade de jovens de baixa renda que se tornaram empreendedores capacitados e/ou foram inseridos no mercado de trabalho após o encerramento do projeto”. O objeto da AJETUR buscou “fixar a capacitação dos participantes especificamente na área do turismo, com atenção especial na ampliação da rede de combate à exploração do turismo sexual infanto-juvenil na região de Caldas Novas, Goiás” (AJE, 2011).

Para exemplificar, separamos na tabela 3 a lista dos objetivos e metas

pactuados entre o IIDAC e seus financiadores – BID e MTur – comuns a ambas edições do projeto:

Tabela 3 – Objetivos e metas da AJE comumente conveniados entre IIDAC e financiadores

Objetivo / Meta	Descrição
Material pedagógico para os facilitadores / multiplicadores	Elaboração, distribuição e utilização de material didático (livro com temas sobre empreendedorismo, caderno de jogos, pasta etc.) elaborado por equipe pedagógica com metodologia lúdica e vivencial própria para jovens e adolescentes para treinamento e uso dos facilitadores / multiplicadores (dois por município, ou entre 20 e 30 por edição) selecionados em cada município participante, durante os encontros de formação, na fase inicial do projeto, um mês antes de iniciarem os encontros locais e regionais.
Material pedagógico para os participantes	Elaboração, distribuição e utilização de material didático (livro com temas sobre empreendedorismo, pasta etc.) elaborado por equipe pedagógica com metodologia lúdica e vivencial própria para jovens e adolescentes, para uso dos participantes (até 500 por edição) tanto nos encontros locais quanto nos regionais.
Encontros regionais	Realização de uma reunião regional por mês (entre quatro e seis) com duração de 10 horas cada, em que os participantes de todos os municípios são reunidos nas cidades-polo (Anápolis na AJE BID e Caldas Novas na AJETUR) para assistirem e participarem de palestras, oficinas, mesas de discussões e dinâmicas vivenciais para a formação empreendedora valendo-se dos temas estudados nos encontros locais e das atividades e desafios propostos durante o encontro, para mobilizar a criatividade e dinâmica juvenil.
Encontros locais	Realização de uma reunião local por semana (entre oito e doze ao todo) com duração de 4 horas cada, nos municípios em que os facilitadores / multiplicadores aplicam os conteúdos das apostilas e as dinâmicas vivenciais, utilizando-se da metodologia de protagonismo juvenil e dos desafios propostos nos encontros regionais.
Evento final	Realização de um evento final em que o desafio-atividade proposto a todos os participantes é executado aplicando-se os temas aprendidos durante os encontros do projeto.
Prestação de contas	Entrega de relatórios finais contendo anexos documentos, listas de presença, material fotográfico e audiovisual, dentre outras informações para a comprovação de que as metas conveniadas foram devidamente cumpridas.

Fonte: IIDAC e AJE.

A estrutura do projeto está definida na tabela 3, mas cabem algumas considerações técnicas para deixar todo o processo mais claro. Os encontros locais realizados nos municípios não são efetuados pela equipe da ONG, mas por jovens selecionados e treinados previamente para este fim.

O educador, dentro da proposta de desenvolvimento do protagonismo juvenil, deve ceder seu espaço “cênico” ao jovem, passando a ter uma função de “bastidor” ou de suporte. Isso, de forma alguma significa abandonar a função educativa, mas ao contrário, significa colocar os jovens em posição de destaque no que diz respeito aos processos decisórios, adotando uma postura de apoio e colaboração. Isso requer uma presença constante junto aos jovens, numa posição diferente à posição do educador tradicional, estabelecendo uma relação mais “horizontal” junto aos jovens sem, contudo, perder o seu papel de educador. [...] O papel do educador, desta forma, se constitui numa função chave do desenvolvimento do

protagonismo juvenil, à medida que tem a intenção clara de desenvolver a autonomia dos jovens. Nesse sentido, todas as suas ações e estratégias devem estar direcionadas para uma resposta autônoma e criativa por parte dos jovens, evitando aquelas ações e estratégias que promovam a dependência ou a acomodação (BRENER, 2004).

Estes jovens são chamados de facilitadores (AJE BID) ou multiplicadores (AJETUR) e encaminhados pela prefeitura ou secretaria de educação dos municípios participantes para a sede do IIDAC para uma avaliação do perfil e psicológica. Os selecionados passam dois finais de semana (sexta, sábado e domingo) em treinamento de imersão nas cidades-polo, um mês antes de cronograma de encontros locais e regionais estabelecidos no projeto. No primeiro final de semana são trabalhadas as habilidades individuais de cada facilitador / multiplicador e corrigidas algumas “deficiências” pessoais. Estimula-se o trabalho em equipe, a resolução de imprevistos, a melhora na oratória e treinamento de uma didática lúdica, entre outros temas. Isto prepara o grupo para atuar diante de jovens desconhecidos em suas localidades. Depois, no segundo final de semana, são repassadas as matérias do cronograma da apostila AJE, com desafios simulam a pressão que os facilitadores / multiplicadores enfrentariam em suas cidades (AJE, 2012).

É importante destacar o papel das prefeituras e secretarias de educação para o sucesso do projeto. Após um contato preliminar com o prefeito ou secretário de educação, é assinado um termo de adesão do município ao projeto, em que se compromete a: (1) indicar um servidor público para atuar como ponto focal do projeto no município; (2) encaminhar dois jovens para serem treinados e atuarem como facilitadores / multiplicadores; (3) fornecer local adequado para os encontros locais dos participantes; e (4) ceder transporte dos participantes do município até a cidade-polo nas datas dos encontros regionais. A maioria das prefeituras não só atendeu as condições estipuladas na parceria, mas forneceram equipamentos multimídia e alimentação para os participantes do projeto nos intervalos dos encontros (AJE, 2009).

"Os jovens de nossa cidade são extremamente criativos e participativos. Quando tomei conhecimento do Programa de Apoio a Inclusão Econômica de Jovens Empreendedores fui, pessoalmente, ao IIDAC - Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania e formalizei o convênio. Comecei a trabalhar muito cedo e sei o quando o mercado de trabalho é competitivo e exigente. Perseverança, determinação e inovação são habilidades colocadas em prova a todo momento. Jovem, aproveite essa oportunidade", ressalta o Prefeito de Pirenópolis Nivaldo Antônio de Melo. (PREFEITURA DE PIRENÓPOLIS, 2010).

Além das prefeituras, outros parceiros estratégicos deram contribuições importantes para as edições. Um destaque especial para o Sistema Nacional do Emprego (SINE), que disponibilizou uma equipe móvel para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pois a maioria dos participantes não a possuía. Alguns participantes também foram auxiliados a conseguirem emitirem o seu documento de Cadastro de Pessoa Física (CPF) (IIDAC, 2012a).

A elaboração do conteúdo pedagógico das apostilas e encontros ficou a cargo da empresa SLOGAN Consultoria e Eventos Ltda., da cidade de Maringá, estado do Paraná, sendo o consultor Valdir Vergílio Madeira o responsável pedagógico enviado para atuar no projeto. Madeira já havia atuado nas edições da AJE no Paraná e desenvolveu uma apostila com 12 módulos a serem estudados durante encontros locais (semanais) de 4 horas e nos encontros regionais (mensais) de 10 horas. Com temas relacionados ao empreendedorismo, trazia capítulos como “O empreendedor, suas características e competências”, “Desenvolvimento Humano e Organizacional”, “Planejamento e Plano de Negócios”, “Cadeias Produtivas e Segmentos de Mercado”, “Marketing e Comercialização”, “Administração da Empresa e Fluxo de Caixa”, entre outros. (MADEIRA, 2010). Os encontros regionais, além da reconexão com os temas abrangidos nos encontros locais, contaram com palestras e mesas redondas envolvendo consultores especialistas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre os aspectos do empreendedorismo juvenil. Também eram nestes encontros que os desafios para os grupos de cada município eram lançados para superarem as suas limitações (AJE, 2012).

Durante a execução do projeto, dois grandes desafios foram propostos aos participantes nos encontros regionais, que seriam executados posteriormente nos municípios. O primeiro desafio consistia na criação de um produto que fosse vendável e ao mesmo tempo comprometido com o desenvolvimento sustentável. As apresentações dos grupos foram feitas durante o 3º encontro regional e geraram um ambiente de competição entre os municípios. Surgiram produtos artesanais, como miniaturas de madeira, sabonetes, doces, etc., todos de criação dos próprios jovens (IIDAC, 2012d).

“A ideia é fazê-los perceber o sentido do comportamento empreendedor. Autoconfiança, ousadia e persistência são as palavras-chave para levar o conhecimento teórico à prática”, pontuou Valdir Vergílio Madeira,

responsável pela elaboração do método de ensino empregado no programa (IIDAC, 2012c).

O segundo desafio consistia na criação de uma empresa de serviços que desse lucro até o final do curso. O prazo que os grupos teriam para desenvolver tal proposta seria de dois meses. Ao final, os grupos apresentaram os planos de ação desenvolvidos com o acompanhamento dos facilitadores da AJE como resposta criativa e necessária à superação de limitações e carências típicas das pequenas cidades onde vivem. As chamadas “empresas-guia AJE” trabalharam com serviços de lavagem de carros, banho e tosa de cachorros, limpeza de quintais, lavagem de roupas e calçados, realização de eventos, etc. Devido ao sucesso de alguns empreendimentos, muitos jovens admitiram que pretendem continuar com as atividades após o término do projeto, talvez regularizando a situação das atividades como microempresas ou empresas individuais (IIDAC, 2012c)

Contudo, foram notadas algumas diferenças entre as duas edições do projeto AJE, levantadas e apontadas a seguir. Isto se dá porque a atuação dos jovens durante os encontros, bem como o direcionamento que estes propõem a cada atividade executada acabam determinando sequência programática da execução do projeto.

4.1 – DIFERENÇAS ENTRE AJE BID E AJETUR

A primeira diferença encontrada entre as edições foi a inclusão do foco no turismo na AJETUR, além do empreendedorismo juvenil, único tema da AJE BID. Isto aconteceu por dois motivos: primeiro, a região de Caldas Novas é uma região turística e carente de mão-de-obra neste setor; e segundo, o parceiro financiador da AJETUR era o Ministério do Turismo (MTur), que exigia trabalhar não somente com a temática do turismo mas também do combate à exploração sexual infanto-juvenil, temas da sua área política de atuação. Assim, enquanto o lema escolhido pelos jovens da AJE BID foi a frase “AJE: a experiência que faz a diferença” o lema escolhido pelos jovens da AJETUR foi a frase “Empreendedorismo: melhor emprego, mais turismo”.

A segunda diferença verificada foi a forma de atuação dos facilitadores / multiplicadores. Enquanto na AJE BID, os facilitadores foram treinados para trabalharem todos os temas da apostila somente em seu município, na AJETUR as

duplas de multiplicadores especializaram-se em um único tema e visitaram todos os municípios aplicando-o. Como consequência desta metodologia diferenciada, percebeu-se que na AJE BID os participantes de cada município tiveram uma identificação maior com os facilitadores, o que contribuiu com o espírito de união dos grupos locais. Os facilitadores também se encontravam mais preparados, pois foram treinados em todas as matérias da apostila, podendo responder perguntas e tirar dúvidas sobre qualquer um dos temas. Dois aspectos que não aconteceram com os multiplicadores da AJETUR, pois a cada semana a dupla visitava um município diferente com grupos diferentes, explicando o mesmo tema. Porém, a diversidade de multiplicadores trouxe mais ânimo aos participantes, pois os multiplicadores experimentavam dinâmicas e jogos próprios ao tema abordado, criando uma confiança maior e aperfeiçoando a apresentação a cada encontro local.

A terceira diferença consistiu no evento final das edições. Enquanto na AJE BID foi escolhido o planejamento e execução de um *flashmob*, na AJETUR o evento foi a criação e disputa de chapas eletivas com categorias do turismo na região.

Os *flashmobs* são um tipo de mobilização recente bastante apreciado pelos jovens pelo seu caráter cultural e desafiador, podendo ser definidos como

aglomerações instantâneas de pessoas em um local público para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, estas se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou meios de comunicação social. (MALESKI, 2010, p. 38).

Tais manifestações culturais vêm ganhando o mundo com conotações cada vez mais políticas. Na Rússia, em 2003, um grupo de pessoas se reuniu ao redor de um caixão e deram as mãos em luto declarando a “morte da democracia”. (KRIIEV, 2004). Em 13 de março de 2004, na Espanha, dias após os atentados terroristas nos trens metroviários, vários espanhóis enviaram mensagens por celular pedindo para que se reunissem para uma mobilização em favor dos mortos e protesto contra a ocultação de dados sobre o atentado pelo governo, no que ficou conhecida como “*La rebellion de los SMS*” (YOUTUBE, 2004). Na AJE BID, a preparação do *flashmob* ocorreu em uma das praças centrais da cidade de Anápolis mobilizando todos os participantes. Para tanto, os jovens foram divididos em três grupos responsáveis pela organização de tarefas como marketing, logística e planejamento estratégico. A preparação durou dois meses, onde foi criada uma coreografia para a música *Bad Romance*, da cantora norte-americana Lady Gaga. Cada participante ficou

incumbido de trazer três convidados para participarem da “mobilização relâmpago” inédita na cidade. A coreografia foi disponibilizada na internet para todos treinarem em casa. Também foram feitos ensaios coletivos nos encontros locais e regionais. O *flashmob* ocorreu no dia 13 de novembro de 2010, às 11 horas da manhã, na Praça Americano do Brasil, onde mais de 300 jovens compareceram, dançaram por aproximadamente cinco minutos e se dispersaram como se nada tivesse acontecido (IIDAC, 2012b). O evento parou o centro da cidade e foi amplamente divulgado pela mídia. O sentimento compartilhado pelos protagonistas foi o de realização pessoal e coletiva.

“Ao conhecer a Agência Juvenil de Empreendedorismo vi que além de participar destes eventos posso fazê-los acontecer. A AJE abriu as portas de um futuro promissor na minha vida”, disse Ana Paula Rodrigues, 23 anos, facilitadora na cidade de Silvânia (IIDAC, 2012b).

O vídeo da mobilização foi editado e veiculado pelos próprios jovens da AJE BID no endereço eletrônico Youtube poucas horas depois do evento. Tornou-se, em semanas, o vídeo mais acessado no portal eletrônico – mais de 18 mil visualizações até julho de 2012 – dentre os vídeos postados em Goiás. (YOUTUBE, 2010).

“Percebemos que somente a formação superior não garante uma boa colocação no mercado. É preciso algo mais que conhecimento. E por meio das vivências da AJE, pudemos desenvolver habilidades. Muitos reclamam das dificuldades, das tempestades da vida. Alguns permanecem inertes desejando que as tempestades passem, que o mundo mude. No entanto, é preciso atitude para entender que um grande problema pode representar uma grande porta aberta para o sucesso. Através da criação das empresas guias tivemos a chance de transformar nossas intenções em bons resultados”, comentaram Rafael e Fernanda de Souza Pádua, irmãos participantes AJE BID no município de Leopoldo de Bulhões (IIDAC, 2012b).

Na AJETUR, o desafio final dos grupos foi o desenvolvimento do Prêmio AJETUR, uma minieleição para a escolha dos melhores representantes nas categorias melhor projeto local em turismo, prefeitura parceira do turismo e personalidade de destaque na área do turismo local. Os participantes efetuaram a triagem em seus municípios das pessoas e instituições aptas a participar da disputa, criaram chapas e elaboraram a campanha de marketing dos seus candidatos. Foram permitidas campanhas de boca de urna e pela internet. Para o dia da eleição, foram cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), localizado na capital do estado, Goiânia, três urnas eletrônicas, previamente preparadas com as legendas, fotografias e informações dos candidatos concorrentes. Este desafio, além das já conhecidas atuações dos participantes como protagonistas buscou conscientizar os

jovens da importância de seu comprometimento no aperfeiçoamento da democracia através do livre exercício do voto, um dos instrumentos fundamentais da cidadania.

“A ideia é mostrar a estes jovens o poder da coletividade para o alcance de metas por meio do aprendizado, da construção e aplicação de um planejamento estratégico. Eles se dedicaram por semanas na organização do evento e o resultado foi surpreendente”, relatou Marco Antônio Carvalhaes Pereira, diretor administrativo e de relações internacionais do IIDAC (IIDAC, 2012a).

No último encontro regional da AJETUR, foi realizada a apuração dos votos e entrega dos certificados aos vencedores. Além desse desafio, os jovens também produziram em conjunto uma paródia de música com as características do projeto. Com letra e composição criadas pelos participantes Filipe Jordhan Faleiro Aragão e Allef Martins, do município de Corumbáiba, a música tornou-se hino da AJETUR nas versões sertaneja e rock, e foi anexada às fotos e filmagens para compor a documentação audiovisual do projeto (IIDAC, 2012a). O desejo dos participantes em manifestarem-se como produtores de cultura marcou o projeto como um espaço e uma possibilidade de atuarem no protagonismo juvenil.

A observação dessa realidade permite compreender que, de forma geral, os grupos de produção cultural, mesmo com abrangências diferenciadas, podem significar uma referência na elaboração e vivência da condição juvenil, contribuindo de alguma forma para dar um sentido à vida de cada um, num contexto onde se veem relegados a uma vida sem sentido. Ao mesmo tempo, pode possibilitar a muitos jovens uma ampliação significativa do campo de possibilidades, abrindo espaços para sonharem com outras alternativas de vida que não aquelas restritas oferecidas pela sociedade. Eles querem ser reconhecidos, querem uma visibilidade, querem ser alguém num contexto que os torna invisíveis, ninguém na multidão. Querem ter um lugar na cidade, usufruí-la e transformar o espaço urbano em valor de uso. Enfim, eles querem ser jovens e cidadãos, com direito a viver plenamente a sua juventude. Este parece ser um aspecto central: pelos grupos de produção cultural, os jovens estão reivindicando o direito à cidade e à juventude (DAYRELL, 2011, p. 97).

4.2 – RESULTADOS INFORMAIS DO PROJETO

Pode-se afirmar que os objetivos e metas estabelecidos no escopo dos convênios e contratos com os parceiros financiadores (tabela 3), por si só, são bastantes limitadores para a ONG e o projeto. Contudo, há espaço para liberdade de atuação em áreas não estipuladas detalhadamente por não ser de interesse mensurável ao parceiro financiador.

O primeiro ponto em que essa liberdade é percebida é na elaboração do

conteúdo pedagógico. A ONG poderia contratar qualquer empresa para produzir o material orientando para que o melhor conteúdo fosse desenvolvido conforme a missão e pedagogia do instituto. A produção de material pedagógico próprio de qualidade poderia ser adicionado ao conhecimento produzido pela ONG e posteriormente ser utilizado em outras edições da AJE ou em outros projetos. O parceiro financiador não exigiu exclusividade nem direitos autorais sobre o material produzido para o projeto. Porém, a ONG acabou sendo deficitária neste quesito. Por utilizar-se da empresa de um consultor que já trabalhara anteriormente em edições da AJE no Paraná, o material entregue acabou sendo formado por recortes e cópias de materiais antigos ou retirados às pressas da internet, sem a preocupação de saber quem eram os detentores dos direitos autorais dos artigos. Antes de ser impresso, o material precisou ser avaliado e revisado por membros da ONG para separar quais partes seriam aproveitáveis ou não no projeto (MALESKI, 2010).

Outro ponto em que a ONG pode atuar sem limitações foi na utilização de sua metodologia de protagonismo juvenil. E esta foi bastante empregada no treinamento dos facilitadores / multiplicadores e durante os encontros locais e regionais, com considerável sucesso, conforme relato de Nailine Silva da Costa, participante de 16 anos: “Esta experiência é diferente, a participação prática importante e me traz mais conhecimento sobre o que eu vou enfrentar na minha carreira profissional.” (IIDAC, 2012a). Contudo, mesmo neste ponto onde a ONG é especialista, há falhas a serem sanadas. Os temas, as palestras, as atividades, as dinâmicas, os desafios e metodologias são elaborados há anos pelo mesmo grupo de diretores e membros da ONG e consultores externos contratados. Este grupo hermético confia a elaboração da proposta pedagógica do projeto baseando-se nas experiências pessoais adquiridas em edições passadas, sendo que não há relato de que alguém do grupo tenha participado, nos últimos anos, de curso, oficina ou seminário para atualização a respeito da evolução das metodologias relacionadas ao protagonismo juvenil. E, durante esta etapa do projeto, não houve a participação de nenhum jovem.

Outro resultado não mensurado nas metas contratuais ou conveniadas, foi a ampliação da participação dos participantes na vida em sociedade durante e após participarem no projeto. Relatos de jovens conseguiram o primeiro emprego, ou que abriram as suas empresas informais, ou que se engajaram na participação de fóruns, campanhas e seminários representando os jovens de sua região, como no

20º CENTRO-OESTE TUR - Salão de Negócios Turísticos, no Salão de Turismo de São Paulo, nas Conferências Municipais de Políticas da Juventude e nas Conferências Livres realizadas durante o ano de 2011 em diversos municípios.

5 – CONCLUSÕES

O acompanhamento das etapas do projeto AJE e a proximidade com a ONG IIDAC e os profissionais que o executaram proporcionou ao pesquisador uma visão bastante acurada dos objetos de pesquisa propostos. Foi possível vislumbrar o efeito que o projeto teve na vida dos participantes. Na maioria dos casos, foi uma experiência vivencial única de pertencimento ao grupo, de empoderamento para atuação em atividades nunca antes pensadas. A inclusão mais qualificada no mercado de trabalho, como sendo condição básica para que os jovens se sintam cidadãos, também pode ser percebida como uma das conquistas do projeto. Alguns participantes e facilitadores / multiplicadores conseguiram aproveitar mais o projeto e hoje se encontram trabalhando em seu primeiro emprego com carteira assinada, ou informalmente em empresas criadas por eles próprios, ou participando ativamente em eventos que abordam os problemas sociais. Desta forma, a ONG cumpriu o seu papel ativo na sociedade civil, ao promover a cidadania auxiliando, mesmo que indiretamente, os jovens a enfrentarem alguns dos problemas cotidianos, como a falta de qualificação profissional e o desemprego.

Apesar de não obter muito contato com os participantes após a finalização do projeto, durante a execução já foi possível verificar mudanças de atitude e na situação de alguns jovens. Definitivamente, perceberam o que é tornar-se sujeito de direitos, conforme as declarações pessoais de vários deles evidenciaram. Houve, também, um aumento no interesse e na participação política de alguns destes.

A metodologia utilizada no projeto, o protagonismo juvenil, contribuiu em grande parte para este sucesso. Mostrou-se eficiente ao trabalhar com jovens em suas especificidades, não lhes apresentando algo obsoleto e impositivo. Os participantes sentiram-se estimulados ao terem suas habilidades desafiadas e a motivação era visivelmente contagiante aos amigos e familiares. A produção cultural, seja pelo flashmob ou no videoclipe musical foi outro diferencial, abordando um dos principais aspectos em que os jovens vêm se agrupando para reivindicar por melhorias sociais. Neste ponto, o sucesso do uso das ferramentas de mídia alternativa para o grupo expressar os seus anseios perante a sociedade colaborou inclusive para demonstrar não somente o que os jovens querem falar, mas também a questão de como querem falar.

A flexibilidade da ONG em se adaptar diante das dificuldades encontradas, seja de recursos financeiros seja de recursos humanos, pode ser considerado o seu principal ponto forte. E a aplicação da metodologia própria, independente dos termos pactuados em contratos ou convênios, mostra que mesmo com recursos de terceiros ela consegue manter a ideologia da instituição viva. Porém, a execução dos projetos sem que exista uma taxa administrativa para pagamento de despesas operacionais da ONG inviabiliza esta espécie de acordo. Resta aguardar as modificações necessárias no novo marco regulatório do setor, prometidas para breve.

Porém, há pontos falhos a serem observados. É preciso estabelecer um contato pós-projeto para mensurar estatisticamente quantos participantes tiveram melhoras significativas em suas vidas. É claro que o ônus deste contato não será arcado pelos parceiros financiadores, pois o projeto tem limitações de prazo e orçamentárias. Mas caberia à ONG buscar meios alternativos para realizar esta avaliação, sob ameaça das ações dos projetos nunca terem um *feedback* posterior para sanar possíveis falhas estruturais.

Também é necessário que a ONG invista no treinamento e capacitação da equipe e melhorar a qualidade do material pedagógico. Mas como o fazer sendo que os recursos mal pagam as despesas do projeto? É um desafio a ser encarado pelas organizações do terceiro setor, se quiserem sobreviver.

A metodologia empregada seria melhor aproveitada caso os jovens pudessem participar em todas as fases do projeto, não só nas escolhidas pela direção da ONG. Ambos só teriam a ganhar com uma maior interação, estabelecendo uma transparência maior na sua execução e renovando motivações e vivências dos organizadores.

Fica como recomendação a continuidade da presente pesquisa, a busca por opções de atualização dos métodos e ferramentas da metodologia protagonismo juvenil ou então como as ONGs conseguirão vencer os desafios da busca de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **Estatuto**. Disponível em: <http://abong.org.br/quem_somos.php?id=3>. Acesso em: 16 abr 2012.

AJE. **Agência Juvenil de Empreendedorismo**. 2010-2012. Disponível em: <<http://www.enteraje.org.br>>. Acesso em: 16 abr 2012.

ALVES, M. A. **Terceiro Setor**: as origens do conceito. Salvador: Anais do ENANPAD, 2002.

AMERIOS. **Associação dos Municípios do Entre Rios – SC**. Disponível em: <<http://www.amerios.org.br/home/>>. Acesso em: 16 abr 2012.

AMUSEP. **Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense**. Disponível em: <<http://www.amusep.com.br/>>. Acesso em: 16 abr 2012.

AUAD, S. M. V. A. V. **O Terceiro Setor na Atualidade**. Migalhas Correspondentes. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=15849>. Acesso em: 16 abr 2012.

BERTONI, E. Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011) - Pedagogo e redator do ECA. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/885759-antonio-carlos-gomes-da-costa-1949-2011---pedagogo-e-redator-do-eca.shtml>>. Acesso em: 16 abr 2012.

BNDES. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. Relato setorial nº. 3 AS/GESET, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069/90. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Senado, 1996.

_____. Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1999.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 1999.

BRENER, B. S. **O que é Protagonismo Juvenil?** Pró Menino. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/Conteudold/5649e039-9334-482f-9431-d9059a580ad3/Default.aspx>>. Acesso em: 16 abr 2012.

- BRITO, R. A caixa-preta dos comunistas. **Revista Veja**. Ed. 2050. São Paulo, 2008.
- CAREZIA, G. **Natureza Jurídica das Organizações Não Governamentais Nacionais e Internacionais**. Monografia (Mestrado em Direito). Santos: Universidade Católica de Santos, 2005.
- CASTRO, G. ONGs: o caminho fácil para a corrupção. **Revista Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ongs-o-caminho-facil-para-a-corrupcao>>. Acesso em: 16 abr 2012.
- COSTA, A. C. G. da; VIEIRA, M. A. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática**. Belo Horizonte: FTD, 2006.
- DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. nº. 24. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. **A Juventude no Brasil: questões e desafios**. Curso de Formação de Conselheiros Nacionais. SGPR/UFMG, 2011.
- DELGADO, M. V. M. **O Terceiro Setor no Brasil: uma visão histórica**. Revista Espaço Acadêmico. nº. 37, ano IV, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>>. Acesso em: 16 abr 2012.
- FISCHER, R. M. Lições a aprender: a crise e os investimentos sociais. **Revista USP**. nº. 85. São Paulo: USP, 2010.
- FROZ, S. C. C. **ONGs e Movimentos Sociais: para uma análise dos elementos conceituais**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2005.
- FUCS, J. Época Debate: o poder das ONGs. **Revista Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10075-15254,00-EPOCA+DEBATE+O+PODER+DAS+ONGS.html>>. Acesso em: 16 abr 2012.
- GFBC. **Grupo Folclórico Brasil Central**. Disponível em: <<http://brasilcentralgfbc.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 abr 2012.
- GOHN, M. da G. **O Novo Associativismo e o Terceiro Setor**. Revista Serviço Social e Sociedade, n.58, São Paulo: Cortez, 1998.
- GOUVEIA, F. **ONGs enfrentam desafios e ocupam espaço da ação pública**. Ciência e Cultura vol 59 nº. 2. Jun 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 abr 2012.
- HENRIQUES, M. S. **Comunicação, Comunidades e os Desafios da Mobilização Social**. Curso de Formação de Conselheiros Nacionais. SGPR/UFMG, 2011.
- IIDAC. **Sítio Institucional**. 1998-2012. Disponível em: <<http://www.iidac.org/>>. Acesso em: 16 abr 2012.

_____. AJE: Agência Juvenil de Empreendedorismo. **Jornal Institucional**. Edição Especial. Novembro/Dezembro 2010. Disponível em: <http://www.iidac.org/rokdownloads/news_iidac_ed3.pdf>. Acesso em: 16 abr 2012.

_____. Jovens da AJE potencializam oportunidades de negócios. **Jornal Institucional**. ed. 2. Outubro/Novembro 2010. Disponível em: <http://www.iidac.org/rokdownloads/news_iidac_ed2.pdf>. Acesso em: 16 abr 2012.

_____. Saber agir para interagir: o rumo do protagonismo juvenil. **Jornal Institucional**. ed. 1. Setembro/Outubro 2010. Disponível em: <http://www.iidac.org/rokdownloads/iidac_news_edic1.pdf>. Acesso em: 16 abr 2012.

KANITZ, Stephen. Ensinando a pescar. **Revista Veja**. Ed. 1869. São Paulo, 2004.

KLEIN, B. L. **Protagonismo Juvenil e Cidadania**: uma proposta pedagógica burguesa. Monografia (Pós-Graduação em Educação). Curitiba: UFP, 2004.

KRIEEV, O. **Russian Flash Mob**. EIPCP: european institute for progressive cultural policies. 2004. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/1202/kireev/en>>. Acesso em: 16 abr 2012.

MALESKI, J. L. **O Empreendedorismo e o Terceiro Setor**. Monografia (Pós-Graduação em Direito Público). Anápolis: Instituto Damásio de Jesus e Universidade Gama Filho, 2010.

MINISTÉRIO da Justiça. **Cidadania**. OSCIP. Entidades qualificadas. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 16 abr 2012.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O que é o SICONV?** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/financiamento/siconv>>. Acesso em: 16 abr 2012.

PASSOS, N.; BARROCAL, A. Em clima 'dramático', governo prepara mudança 'radical' sobre ONGs. **Carta Maior**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18829>. Acesso em: 16 abr 2012.

PNUD. **Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/UNV.aspx>>. Acesso em: 16 abr 2012.

PREFEITURA de Pirenópolis. **Jovens de Pirenópolis participam da AJE - Agência Juvenil de Empreendedorismo**. 2010. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.go.gov.br/noticias-educacao/300-jovens-de-pirenopolis-participam-da-aje-agencia-juvenil-de-empreendedorismo.html>>. Acesso em: 16 abr 2012.

RABAT, M. N. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/207706.pdf>>. Acesso em: 16 abr 2012.

RICHARD, I. Ministério do Turismo desrespeitou normas sobre convênios com ONGs, diz Hage. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-08-18/ministerio-do-turismo-desrespeitou-normas-sobre-convenios-com-ongs-diz-hage>>. Acesso em: 16 abr 2012.

ROSSETTI, F. **ONGs de Todo o Mundo passam por Dificuldades**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_rossetti/id100403.htm>. Acesso em: 16 abr 2012.

SCHERER-WARREN, I. **Das Ações Coletivas às Redes de Movimentos Sociais**. Curso de Formação de Conselheiros Nacionais. SGPR/UFMG, 2011.

SEMERARO, G. **Gramsci e a Sociedade Civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

VIEIRA, M. Vereadora Questiona Atuação de Entidade. **Jornal Estado de Goiás**. Edição 17 a 19 de agosto. Anápolis, 2011.

YOUTUBE. **Flashmob Anápolis – AJE**. 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=E4LjnQ5wKwQ>>. Acesso em: 16 abr 2012.

_____. **Smart mobs del 13M en España: noche de los mensajes cortos**. 2004. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hKYaTVY_BC0>. Acesso em: 16 abr 2012.